

Brasil quer acordo rápido

por Celso Pinto
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

cerca de US\$ 1,6 bilhão, o que exigiria a aprovação ao menos do empréstimo setorial elétrico de US\$ 500 milhões, empacado porque o Brasil não cumpriu, até agora, as exigências do BIRD para o setor.

Na verdade, as discussões com o BIRD estão difíceis desde a moratória. No final do ano passado, o BIRD fez um relatório sobre a economia brasileira, no qual recomendava a adoção de uma série de medidas de ajuste fiscal. Nenhuma delas foi aceita até agora e sabe-se que o banco condiciona a reabertura de seus cofres ao País à existência de uma política econômica sólida e confiável.

Exigência idêntica, certamente, à que fará o FMI para ter um acordo com o Brasil. Indagada a respeito, a alta fonte governamental disse apenas que tem recebido indicações de que o FMI quer um acordo "realista e com credibilidade".

Os japoneses, por sua vez, teriam — segundo a mesma fonte — enviado sinais de que estão dispostos a discutir projetos com o Brasil. Esses sinais teriam sido emitidos tanto da parte dos bancos quanto do governo. Pelo menos um emissário sugeriu uma visita do ministro da Fazenda a Tóquio.

Finalmente, a postura mais flexível e convencional do governo na negociação da dívida estaria sendo recompensada pelo apoio direto do governo norte-americano nas negociações.

Além de ajudar a convencer os bancos, os Estados Unidos teriam enviado indicações aos quatro outros países ricos do "Grupo dos Cinco" (Japão, Alemanha, Inglaterra e França) da nova orientação brasileira, mais conciliatória em relação à dívida externa.

Existem questões pragmáticas, contudo, que têm dificultado o acerto final com os bancos. Eles conti-

nuam a considerar excessivo o pedido brasileiro de refinanciamento e gostariam de uma maior participação de recursos dos governos na composição do "pacote".

A fonte garante, contudo, que haverá flexibilidade brasileira para chegar a um meio-termo.

O Brasil tem pressa para chegar ao acordo definitivo, porque só o acerto global asseguraria redução nos "spreads" (juros acima da taxa básica). Por essa razão resolveu fazer o pagamento unilateral e prometer que outros poderão ser feitos, nas próximas semanas, à medida que continuarem os progressos nas negociações.

A Fazenda acha que vale a pena romper a moratória apostando num entendimento — mesmo sem tê-lo ainda assegurado — porque considera que os dois objetivos da moratória não foram alcançados: nem o País reforçou seu poder de barganha nem aumentou as reservas.

A explicação para a manutenção do mesmo nível de reservas está no montante de pagamentos que foram feitos, apesar da moratória aos bancos. O Brasil teve um superávit comercial de US\$ 11,2 bilhões, mas pagou US\$ 3,2 bilhões em serviços (exceto juros); US\$ 1,6 bilhão ao Clube de Paris; US\$ 1,4 bilhão ao FMI; US\$ 600 milhões no fluxo negativo do BIRD e BID; US\$ 1,4 bilhão em bônus e empréstimos intercompanhias; perdeu US\$ 500 milhões em linhas de curto prazo voluntárias; teve de colocar US\$ 750 milhões para ajudar bancos brasileiros no exterior; e pagou US\$ 500 milhões a esses mesmos bancos em principal. Esses e alguns outros pagamentos fizeram com que o acréscimo líquido das reservas, gerado pela moratória, tivesse sido de apenas US\$ 500 milhões.

SUSPENSÃO — Palácio do Planalto espera que a suspensão da moratória facilite a obtenção de um acordo de médio prazo com os credores internacionais. (AG)